
FERRAMENTAS PARA A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NO AMBIENTE ESCOLAR

TOOLS FOR CONFLICT MEDIATION IN THE SCHOOL ENVIRONMENT

Larissa Pereira dos Santos Barbosa

Licenciada em Pedagogia

Centro Universitário Einstein de Limeira- UniEinstein

Larispedagoga07@gmail.com

Juliana Dias Britto

Licenciada em Pedagogia

Centro Universitário Einstein de Limeira- UniEinstein

Julianadiasbrito01@gmail.com

Adalgisa Cristina Bonni

Mestra em Educação

Centro Universitário Einstein de Limeira- UniEinstein

adalgisapsicopedagoga@gmail.com

RESUMO

O aumento dos conflitos e das manifestações de violência no ambiente escolar evidencia a necessidade de estratégias voltadas à promoção de uma cultura de paz e à mediação das relações interpessoais. Este estudo teve como objetivo analisar as estratégias utilizadas por professores do Ensino Fundamental na mediação de conflitos escolares e discutir as contribuições da Comunicação Não Violenta e da Justiça Restaurativa como ferramentas pedagógicas. A pesquisa caracterizou-se como qualitativa, de campo e descritiva, sendo realizada por meio da aplicação de questionários com docentes da Educação Básica. Os resultados demonstraram que os professores utilizam o diálogo como principal estratégia de mediação, porém apresentam limitações quanto ao conhecimento de metodologias estruturadas, especialmente da Justiça Restaurativa. Concluiu-se que a Comunicação Não Violenta e a Justiça Restaurativa constituem ferramentas relevantes para a promoção de relações mais empáticas, dialógicas e colaborativas no ambiente escolar, reforçando a importância da formação continuada docente.

Palavras-chave: Conflitos escolares. Comunicação Não Violenta. Justiça Restaurativa. Cultura de paz. Mediação de conflitos.

ABSTRACT

The increase in conflicts and manifestations of violence in the school environment highlighted the need for strategies aimed at promoting a culture of peace and mediating interpersonal relationships. This study aimed to analyze the strategies used by elementary school teachers in mediating school conflicts and to discuss the contributions of Nonviolent Communication and Restorative Justice as pedagogical tools. The research was characterized as qualitative, descriptive, and field-based, being conducted through questionnaires applied to Basic Education teachers. The results showed that teachers used dialogue as the main mediation strategy; however, they demonstrated limitations regarding the knowledge of structured methodologies, especially Restorative Justice. It was concluded that Nonviolent Communication and Restorative Justice constitute relevant tools for promoting more empathetic, dialogical, and collaborative relationships in the school environment, reinforcing the importance of continuing teacher education.

Keywords: School conflicts. Nonviolent Communication. Restorative Justice. Culture of peace. Conflict mediation.

INTRODUÇÃO

As relações interpessoais estabelecidas no ambiente escolar são permeadas por diferentes formas de interação e, conseqüentemente, por situações de conflito. Considerando que a escola se constitui como um dos principais espaços de socialização de crianças e adolescentes, torna-se fundamental refletir sobre as formas de mediação desses conflitos e os impactos que produzem no desenvolvimento dos estudantes. Nesse contexto, o papel do professor ultrapassa a transmissão de conteúdos, exigindo competências relacionadas ao diálogo, à escuta ativa e à construção de um ambiente pautado na cultura de paz (Marques; Estanislau, 2024).

As transformações sociais contemporâneas têm impactado significativamente a forma como os indivíduos se relacionam. A liquidez das relações, o imediatismo e o enfraquecimento das relações interpessoais têm contribuído para o aumento de comportamentos violentos em diferentes espaços sociais, incluindo a escola. Situações como agressões verbais, físicas, bullying e dificuldades de convivência tornam-se cada vez mais frequentes no cotidiano escolar, evidenciando a necessidade de práticas educativas que favoreçam relações mais respeitadas e colaborativas. O autor Zygmunt Bauman diz que a sociedade contemporânea, marcada pela “modernidade líquida”, caracteriza-se pela instabilidade das relações e pela superficialidade

dos vínculos, o que impacta diretamente a capacidade de diálogo e a forma como os indivíduos lidam com divergências (Bauman, 2001).

A compreensão dos conflitos no contexto escolar também demanda o diálogo com as teorias do desenvolvimento humano. De acordo com Lev Vygotsky, o sujeito se constitui nas interações sociais, sendo o outro elemento fundamental para a construção do pensamento, da linguagem e da regulação do comportamento (Vigotski, 1998). Nesse sentido, o ambiente escolar assume papel central, pois é nele que as crianças ampliam suas experiências sociais e desenvolvem habilidades relacionadas à convivência. Complementando essa perspectiva, Jean Piaget destaca que o desenvolvimento cognitivo ocorre de forma progressiva, em fases, permitindo que, ao longo do tempo, a criança desenvolva a capacidade de descentração, ou seja, de considerar o ponto de vista do outro, diminuindo o seu egocentrismo. Tal capacidade é essencial para o estabelecimento do diálogo e para a resolução de conflitos de maneira mais consciente e cooperativa (Piaget, 1999).

Além dos aspectos cognitivos e sociais, é imprescindível considerar o papel das emoções nas interações humanas. Nesse sentido, Henri Wallon enfatiza que o desenvolvimento humano ocorre de forma integrada, envolvendo dimensões cognitivas, motoras e afetivas. As emoções, portanto, desempenham papel central na construção das relações e influenciam diretamente os comportamentos dos sujeitos. No ambiente escolar, essa dimensão afetiva se manifesta de forma intensa, especialmente nas situações de conflito, o que exige do professor uma atuação sensível e mediadora (Wallon, 1954 *apud* Mahoney; Almeida, 2010).

Diante desse cenário, a escola não pode se limitar à transmissão de conhecimentos, devendo assumir também a responsabilidade pela formação social e emocional dos estudantes. Os conflitos, nesse contexto, deixam de ser compreendidos apenas como problemas a serem evitados ou reprimidos e passam a ser entendidos como oportunidades de aprendizagem, capazes de contribuir para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como empatia, respeito e cooperação. Assim, a mediação de conflitos torna-se parte integrante da prática pedagógica, exigindo a adoção de estratégias que favoreçam o diálogo e a construção coletiva de soluções. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996), também reforça a responsabilidade das instituições de ensino em criarem e aplicarem estratégias em prol da convivência escolar quando diz, no artigo 12, incisos IX, X e XI:

As instituições de ensino devem [...] IX – promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying), no âmbito das escolas; X – estabelecer ações destinadas a promover a cultura de paz nas escolas; XI – promover ambiente escolar seguro,

adotando estratégias de prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas. (Brasil, 1996).

A promoção de uma cultura de paz no ambiente escolar emerge, portanto, como uma necessidade diante do aumento das manifestações de violência. Essa perspectiva fundamenta-se na valorização de práticas que priorizam o diálogo, a escuta, a cooperação e a resolução não violenta dos conflitos. Nesse sentido, o professor desempenha papel central, atuando como mediador das relações e incentivando a construção de um ambiente acolhedor e democrático, no qual os estudantes possam expressar seus sentimentos, refletir sobre suas ações e desenvolver formas mais respeitosas de convivência (Parolin, 2010).

Como alternativa às práticas punitivas tradicionalmente adotadas no contexto escolar, destacam-se abordagens que estruturam o diálogo como ferramenta pedagógica. Entre elas, a Comunicação Não Violenta (CNV), desenvolvida por Marshall Rosenberg, propõe uma forma de comunicação baseada na empatia, na escuta ativa e na identificação de sentimentos e necessidades. Ao incentivar a expressão clara e respeitosa, a CNV contribui para a construção de relações mais autênticas e para a resolução pacífica de conflitos, favorecendo o desenvolvimento de competências socioemocionais no ambiente escolar (Rosenberg, 2019).

De forma complementar, a Justiça Restaurativa (JR), difundida por Kay Pranis, apresenta-se como uma abordagem que busca promover a responsabilização dos envolvidos e a reparação dos danos por meio do diálogo e da participação coletiva. No contexto escolar, práticas restaurativas possibilitam que os sujeitos envolvidos em um conflito compreendam as consequências de suas ações, assumam responsabilidades e participem da construção de soluções, fortalecendo o senso de pertencimento e a convivência democrática (Pranis, 2010).

Assim, tanto a Comunicação Não Violenta quanto a Justiça Restaurativa configuram-se como ferramentas pedagógicas relevantes para a mediação de conflitos no ambiente escolar, pois promovem o diálogo, a escuta e a corresponsabilidade, elementos essenciais para a construção de uma cultura de paz.

Partindo dessa perspectiva, este estudo buscou responder à seguinte problemática: como os conflitos escolares estão sendo mediados pelos docentes e de que forma ferramentas como a Comunicação Não Violenta e a Justiça Restaurativa podem contribuir para esse processo? Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa foi analisar as estratégias utilizadas por professores do Ensino Fundamental na mediação de conflitos escolares, discutindo as contribuições dessas ferramentas como práticas pedagógicas voltadas à promoção de uma cultura de paz.

A relevância deste estudo reside na necessidade de ampliar as discussões sobre práticas educativas que favoreçam a convivência escolar saudável, oferecendo subsídios teóricos e práticos que possam auxiliar educadores na construção de ambientes mais dialógicos, acolhedores e comprometidos com a formação integral dos estudantes.

MÉTODO

Este estudo consiste em uma pesquisa do tipo transversal, com análise qualitativa e quantitativa, cujo objetivo foi investigar as formas de resolução de conflito em sala de aula assumidas por professores do Ensino Fundamental I.

Participantes

Os participantes deste estudo foram 22 professores que ministram aulas, naturais de vários municípios brasileiros, uma vez que foram convidados pelas redes sociais, buscando abranger diferentes realidades educacionais.

Materiais e ou Instrumentos

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um formulário disponibilizado via Google Forms, com questões relacionados à convivência escolar. A temática das questões envolveu: dados gerais dos participantes (idade e formação de cada profissional); percepção sobre os conflitos (compreensão de qual tipo mais acontecia); e o uso de ferramentas (compreensão de como o conflito é mediado). As questões foram divididas em dois tipos: 11 de assinalar em que a pessoa deveria escolher a alternativa que mais se encaixava ao contexto da pergunta, e 5 perguntas discursivas, respondendo conforme a sua vivência e conhecimento de metodologias para mediar conflitos, totalizando 16 questões.

Procedimentos

O projeto de pesquisa foi submetido à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, atendendo à Resolução 466/12, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde e Resolução Complementares, CAAE 87161425.9.0000.5424, parecer nº7.533.656. Após a análise e deferimento do termo de aprovação por parte do Comitê, a pesquisa se iniciou de forma on-line. Após a concordância em participar do estudo, as pesquisadoras encaminharam os formulários de forma online, via questionário Google Forms, intitulado “Ferramentas para a

mediação de conflitos no ambiente escolar”, no qual professores, coordenadores e diretores, com acesso à internet, poderiam responder. A pesquisa teve 22 participantes, sendo todos professores. Todos assinaram o TCLE de forma eletrônica. A pesquisa foi direcionada a professores do Ensino Fundamental I, pois estes trabalham com a faixa etária de 7 a 10 anos, que contempla o 1º ao 5º ano. O estudo teve esse corte transversal pois essa idade é a mais pertinente às ferramentas que foram citadas na pesquisa bibliográfica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a análise das informações coletadas nos formulários, primeiramente são apresentados os participantes (por número) elencando a função, o tempo de atuação, a série de atuação e a formação profissional de cada um, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Descrição do perfil dos participantes da pesquisa

PARTICIPANTE	FUNÇÃO	TEMPO DE ATUAÇÃO	SÉRIE DE ATUAÇÃO	FORMAÇÃO
1	Professor(a)	2 a 5 anos	1º ano	Pós graduante em Neuropsicopedagogia
2	Professor(a)	2 a 5 anos	1º ao 5º ano	Licenciatura em Física
3	Professor(a)	10 anos ou mais	4º ano	Não respondeu
4	Professor(a)	10 anos ou mais	2º ano	Pós graduação em Educação Especial
5	Professor(a)	05 a 10 anos	1º e 4º ano	Licenciatura em Pedagogia
6	Professor(a)	10 anos ou mais	4º e 5º ano	Pós graduação em Psicopedagogia
7	Professor(a)	10 anos ou mais	4º ano	Licenciatura em Matemática
8	Professor(a)	10 anos ou mais	2º ano	Licenciatura em Pedagogia
9	Professor(a)	10 anos ou mais	Não respondeu	Licenciatura em Pedagogia
10	Professor(a)	10 anos ou mais	3º ano	Licenciatura em Pedagogia
11	Professor(a)	10 anos ou mais	5º ano	Bacharel em Administração e Licenciatura em Letras
12	Professor(a)	2 a 5 anos	1º ao 5º ano	Licenciatura em Artes
13	Professor(a)	10 anos ou mais	Não respondeu	Licenciatura em Matemática e Pedagogia
14	Professor(a)	2 a 5 anos	4º ano	Licenciatura em Pedagogia
15	Professor(a)	5 a 10 anos	5º ano	Licenciatura em Pedagogia
16	Professor(a)	2 a 5 anos	5º ano	Licenciatura em Letras (Português - Inglês)
17	Professor(a)	10 anos ou mais	5º ano	Licenciatura em Geografia
18	Professor(a)	10 anos ou mais	1º ano	Pós graduação em Neuropsicopedagogia
19	Professor(a)	10 anos ou mais	2º ano	Licenciatura em Pedagogia
20	Professor(a)	5 a 10 anos	1º ano	Pós graduação em Atendimento Educacional Especializado
21	Professor(a)	10 anos ou mais	5º ano	Licenciatura em Pedagogia
22	Professor(a)	10 anos ou mais	5º ano	Magistério e Licenciatura em Pedagogia

Fonte: as autoras, 2026.

Na Tabela 1 foram tabuladas as respostas da primeira categoria do questionário, descrevendo o perfil dos participantes da pesquisa. Assim, conforme descrito, 20 professores dão aula no Ensino Fundamental, faltando somente 2, que não responderam à pergunta. Além

disso, mais da metade são formados em Pedagogia e atuam há mais de 10 anos na carreira. O questionário era aberto, direcionado a professores, coordenadores e diretores, porém, nenhum diretor ou coordenador respondeu à pesquisa.

Tabela 2 – Descrição das questões relacionadas as categorias

CATEGORIAS	QUESTÕES
1º Percepção sobre os conflitos	5. O que você entende por conflito?
	6. Qual o tipo de conflito mais comum dentro do seu espaço escolar?
	7. Você já sofreu algum tipo de agressão?
	8. Qual foi o tipo de violência sofrida?
2º Uso de ferramentas para resolução de conflitos	9. Qual estratégia você mais utiliza quando acontece algum desentendimento na escola?
	10. Descreva de forma breve o que você faz quando identifica um conflito em sala. Se possível, cite um exemplo.
	11. A escola em que você trabalha oferece algum tipo de formação para auxiliar nessas questões?
	12. Você se sente preparado para lidar com as situações de violência que se apresentam dentro do espaço escolar?
	13. Você já ouviu ou leu algo sobre algumas dessas ferramentas: Comunicação não violenta, justiça restaurativa, escola de pais
	14. Você utiliza alguma? Se sim, qual?
	15. Quão eficaz tem sido a sua prática dentro do espaço escolar para que os conflitos sejam diminuídos?
	16. Qual a sua sugestão para que a violência/conflitos sejam diminuídos dentro do espaço escolar?

Fonte: as autoras, 2026.

Conforme a Tabela 2 apresentada, as perguntas relacionadas aos conflitos foram divididas em duas categorias, totalizando 12 questões, sendo 4 para a 1ª categoria e 8 para a 2ª categoria. Em seguida, os resultados serão analisados com base na teoria apresentada.

Percepção sobre os conflitos

O primeiro questionamento dessa categoria foi a questão nº 05, com a seguinte pergunta “O que você entende por conflito?” e a partir das respostas dos participantes foi possível identificar que a maioria o associou a situações de divergência de ideias, desentendimentos, falta de diálogo e dificuldades de convivência. Algumas respostas também relacionaram o conflito à ausência de compreensão do outro, às diferenças individuais e às agressões verbais e físicas presentes no ambiente escolar. Os dados evidenciam que os docentes compreendem o

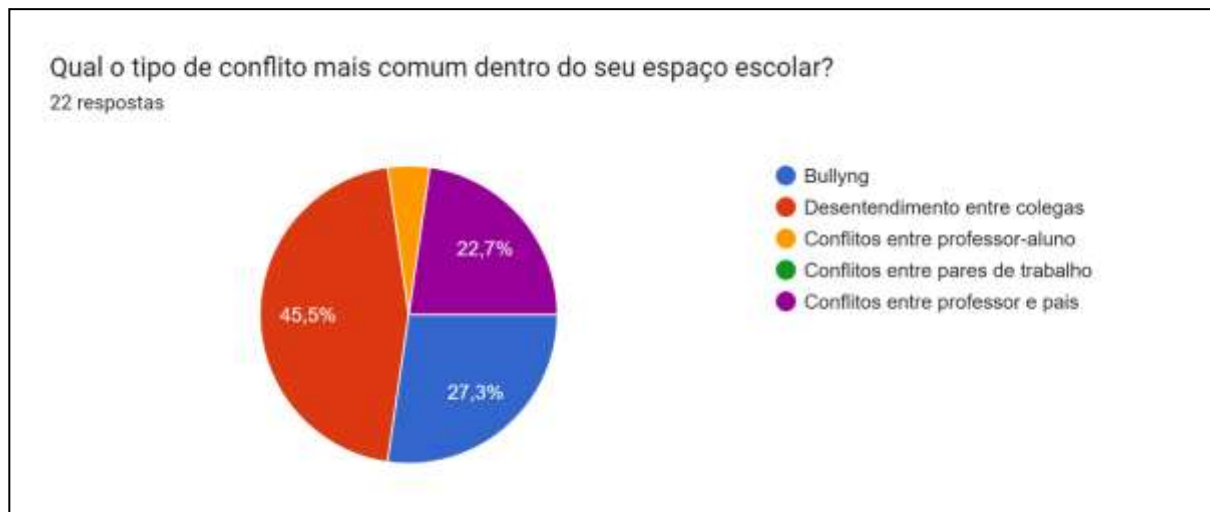
conflito como um fenômeno inerente às relações humanas, reconhecendo sua ligação com aspectos sociais, emocionais e culturais.

Destaca-se a resposta do participante 14, ao afirmar que os conflitos “dependem de fatores como experiências de vida, valores, emoções, cultura e ambiente em que vive”, demonstrando compreensão acerca da influência das vivências sociais na construção dos comportamentos e relações interpessoais.

Essa percepção aproxima-se das contribuições de Lev Vygotsky, que compreende o desenvolvimento humano como resultado das interações sociais e culturais. Segundo o autor, os indivíduos constroem suas formas de pensar, agir e se relacionar a partir das experiências vivenciadas em sociedade, o que contribui para compreender a diversidade de pensamentos e comportamentos presentes no contexto escolar (Vygostky, 1998).

Em seguida, foi realizada a pergunta nº 6 “Qual o tipo de conflito mais comum dentro do seu espaço escolar?” com o objetivo de compreender o contexto que os participantes estavam inseridos e este foi o resultado:

Gráfico 1 – Tipo de conflito mais comum no ambiente escolar



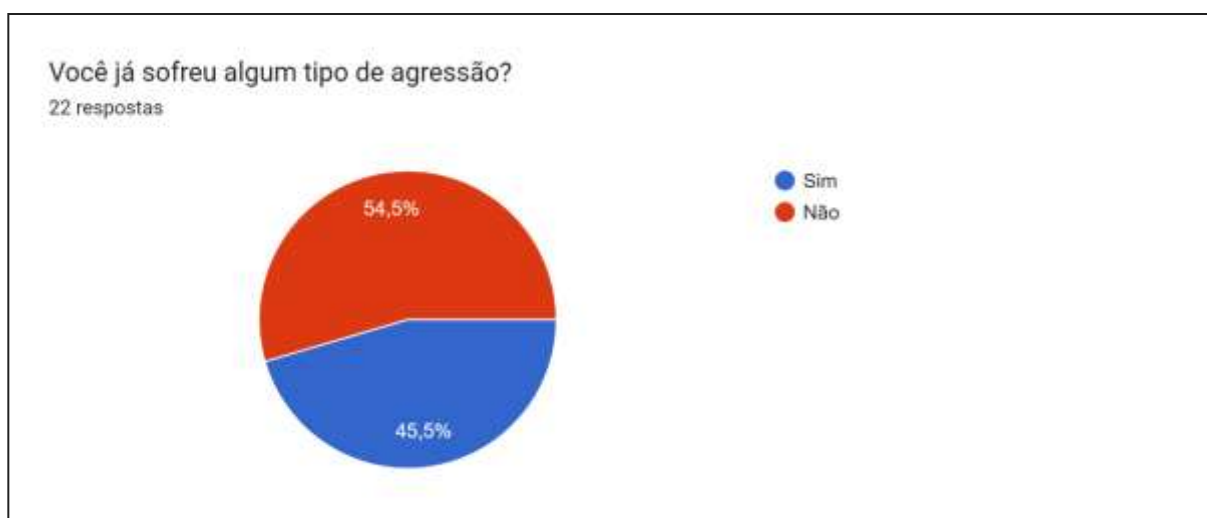
Fonte: as autoras, 2026.

Conforme apresentado no Gráfico 1, os participantes identificaram os desentendimentos entre colegas como o conflito mais frequente no ambiente escolar, seguidos pelos casos de bullying. Em menor incidência, foram mencionados conflitos entre professor e aluno e entre pares de trabalho. Os dados evidenciam que os conflitos interpessoais fazem parte do cotidiano escolar e reforçam a necessidade de estratégias voltadas ao diálogo, à empatia e à mediação pacífica. Nesse contexto, práticas fundamentadas na Comunicação Não Violenta (Rosenberg,

2019) e nos Processos Circulares (Pranis, 2010), mostram-se relevantes para a construção de relações mais respeitadas e para a promoção de uma cultura de paz no ambiente escolar.

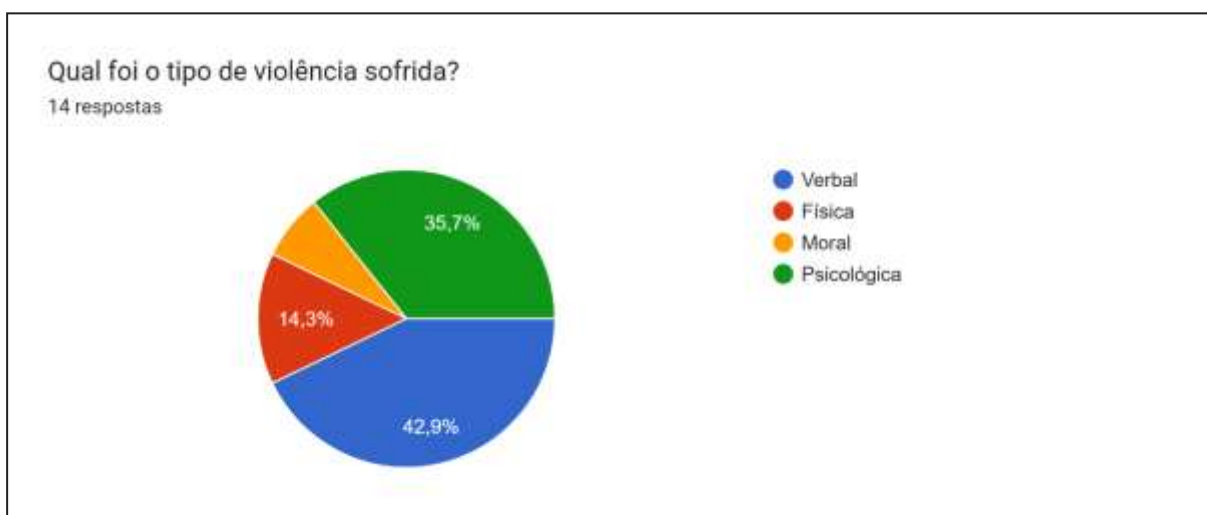
A seguir, a questão nº 7 e nº 8, são direcionadas aos participantes, pois pergunta aos educadores se estes haviam sofrido agressão dentro do espaço escolar; e em seguida qual tipo de agressão:

Gráfico 2 – Agressão aos participantes



Fonte: as autoras, 2026.

Gráfico 3 – Tipo de violência sofrida



Fonte: as autoras, 2026.

Conforme os Gráficos 2 e 3, parte significativa dos docentes relatou já ter sofrido algum tipo de agressão no ambiente escolar, destacando-se as violências verbais e psicológicas como

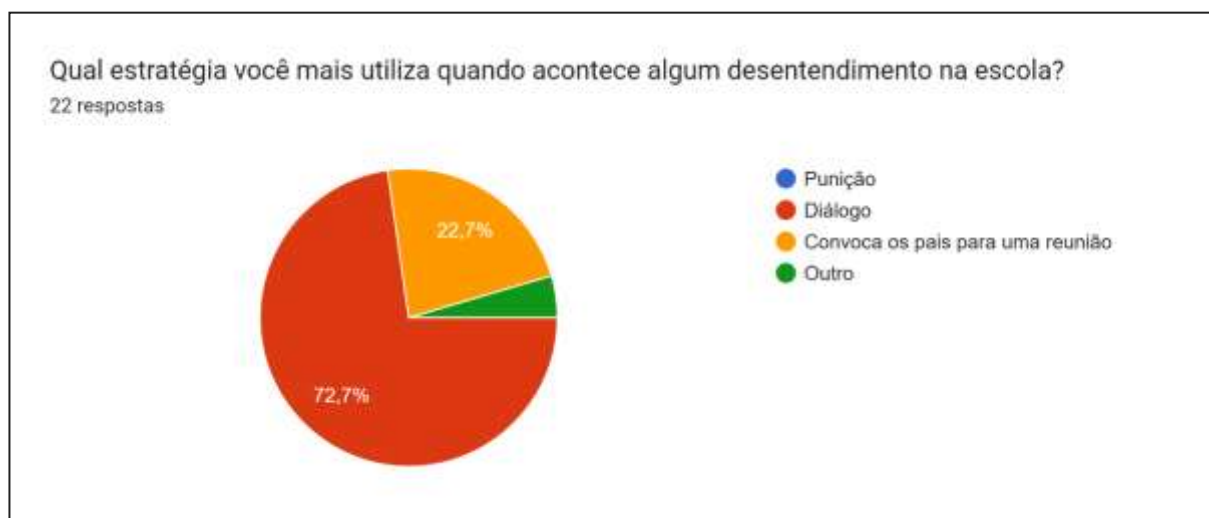
as mais recorrentes. Os dados evidenciam que os conflitos escolares também afetam diretamente os professores, impactando suas relações e seu bem-estar emocional.

Nesse contexto, torna-se fundamental promover práticas baseadas no diálogo, na escuta e no respeito às diferenças. Além disso, os resultados reforçam a necessidade de apoio institucional aos docentes, considerando que o equilíbrio emocional do professor influencia diretamente a convivência e a mediação de conflitos no ambiente escolar (Parolin, 2010).

Uso de ferramentas para resolução de conflitos

A primeira pergunta dessa categoria foi a de nº 9: “Qual estratégia você mais utiliza quando acontece algum desentendimento na escola?”

Gráfico 4 – Principais estratégias de enfrentamento ao conflito



Fonte: as autoras, 2026.

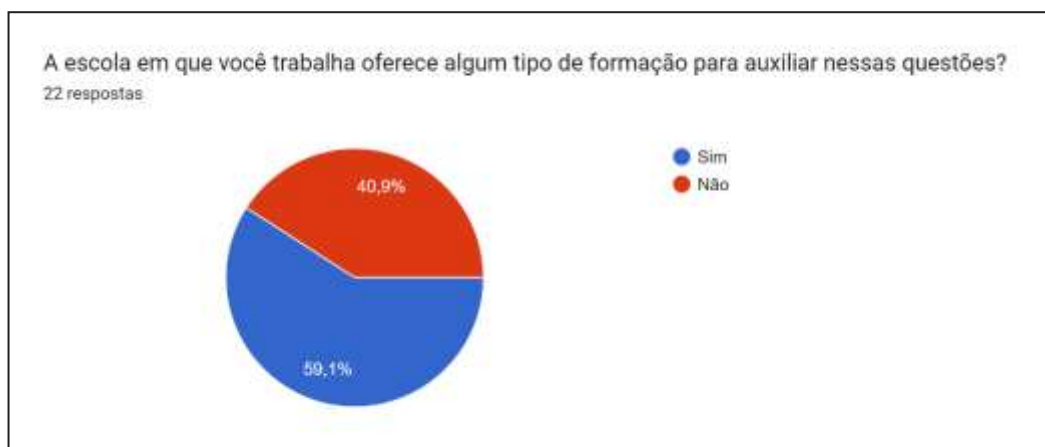
Conforme apresentado no Gráfico 4, a maioria dos participantes apontou o diálogo como principal estratégia utilizada para a mediação de conflitos no ambiente escolar. Os relatos evidenciaram práticas pautadas na escuta, na conversa individual ou coletiva, na busca pela compreensão das diferentes perspectivas e na tentativa de promover reflexões entre os envolvidos. Em menor proporção, alguns participantes mencionaram o encaminhamento à gestão escolar e o contato com as famílias.

Os dados demonstram uma percepção positiva acerca do diálogo como ferramenta de mediação, aproximando-se dos princípios da Comunicação Não Violenta e da Justiça Restaurativa, que valorizam a escuta empática, o respeito e a construção coletiva de soluções.

Além disso, algumas respostas destacaram a importância da empatia, do acolhimento e da promoção de um ambiente seguro para que os estudantes expressem seus sentimentos e aprendam a resolver conflitos de forma pacífica.

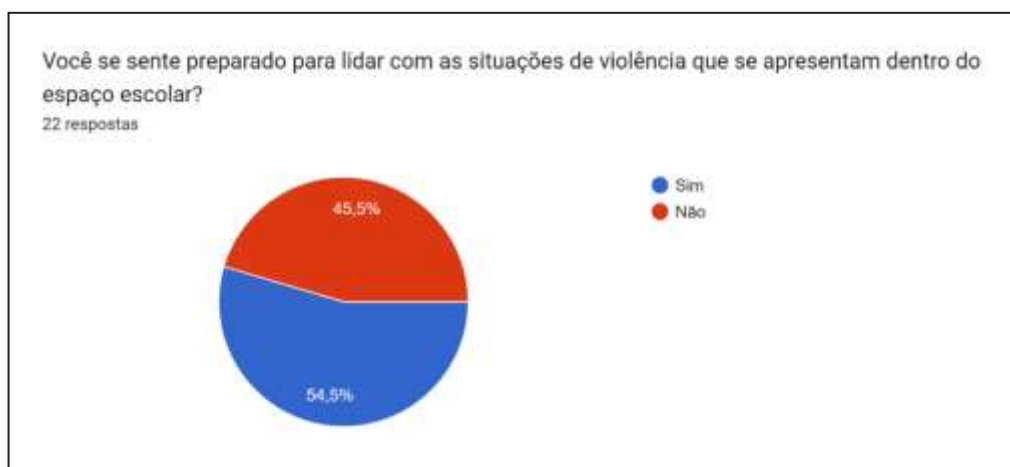
Entretanto, ao serem questionados sobre o apoio institucional e o preparo para lidar com situações de violência escolar, parte significativa dos docentes relatou não receber formação específica nem se sentir totalmente preparada para enfrentar essas demandas, conforme demonstrado nos Gráficos 5 e 6. Os resultados evidenciam a necessidade de maior investimento em formação continuada e em estratégias pedagógicas voltadas à mediação de conflitos, fortalecendo práticas que promovam uma cultura de paz no ambiente escolar.

Gráfico 5 – Apoio escolar diante das questões de violência



Fonte: as autoras, 2026.

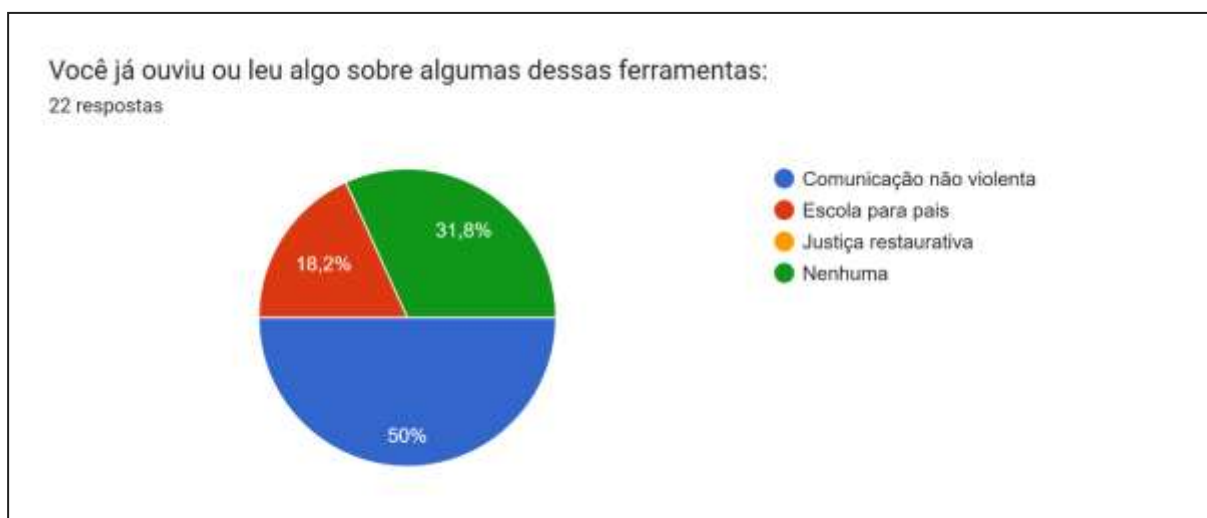
Gráfico 6 – Preparo para lidar com as situações de violência



Fonte: as autoras, 2026.

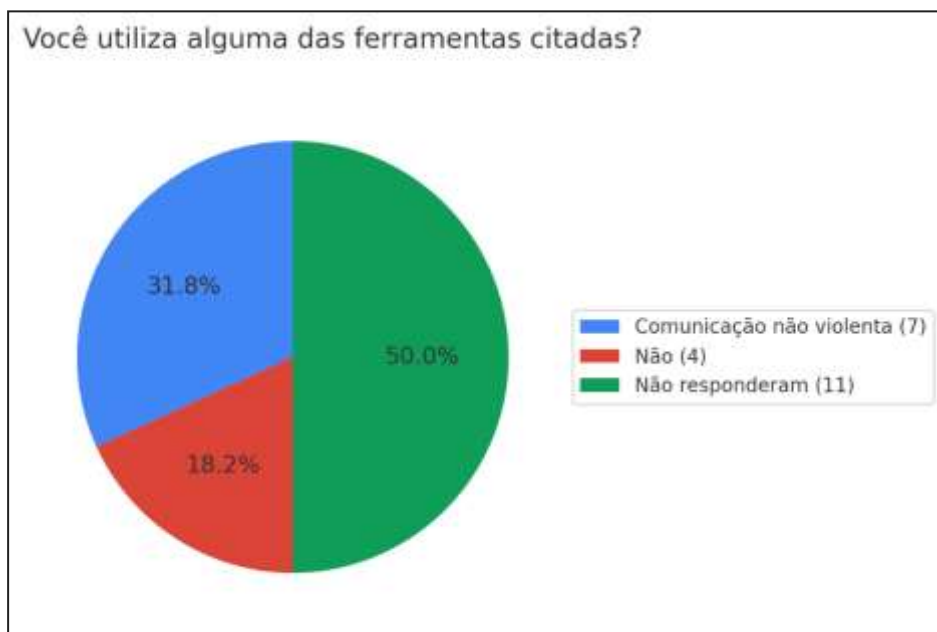
Para prosseguir com a análise e verificar a formação continuada acerca de estratégias possíveis para a mediação dos conflitos, as três perguntas a seguir, 13, 14 e 15 foram acerca das estratégias utilizadas por eles dentro das salas de aula:

Gráfico 7 – Conhecimento das ferramentas



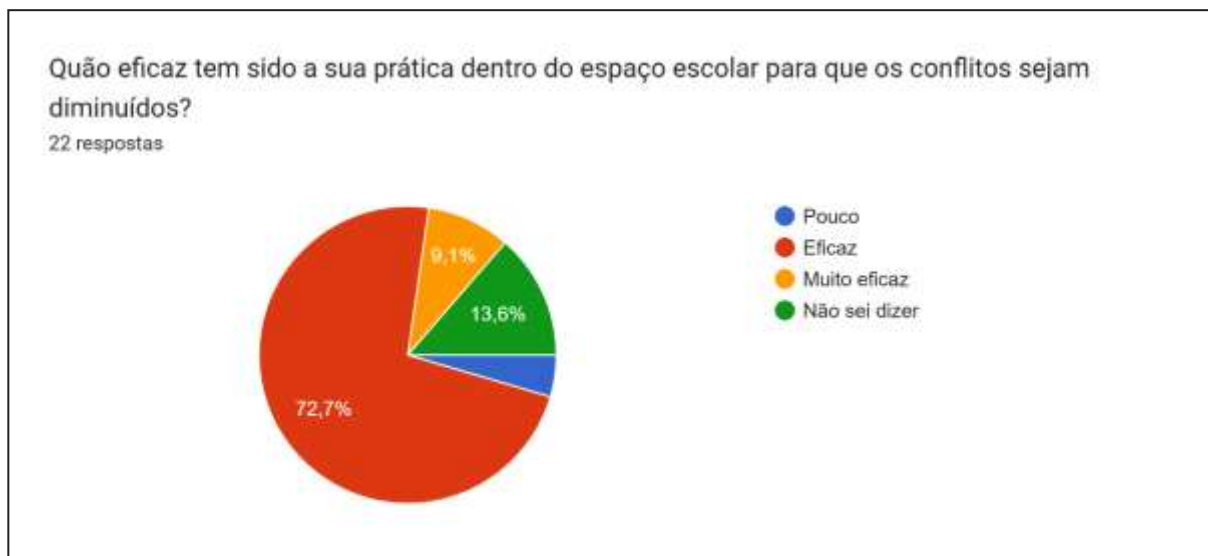
Fonte: as autoras, 2026.

Gráfico 8 – Utilização das ferramentas



Fonte: as autoras, 2026.

Gráfico 9 – Eficácia das ferramentas utilizadas



Fonte: as autoras, 2026.

Conforme os Gráficos 7, 8 e 9 a Comunicação Não Violenta foi a ferramenta mais conhecida entre os participantes, enquanto a Justiça Restaurativa apresentou baixo nível de conhecimento. Além disso, parte significativa dos docentes afirmou não conhecer nenhuma das estratégias apresentadas, evidenciando lacunas na formação continuada voltada à mediação de conflitos e à promoção de uma cultura de paz no ambiente escolar.

Apesar disso, os participantes demonstraram utilizar, em suas práticas cotidianas, estratégias alinhadas aos princípios da Comunicação Não Violenta e da Justiça Restaurativa, especialmente por meio do diálogo, da escuta, da empatia e da tentativa de resolução coletiva dos conflitos. Os docentes também avaliaram suas práticas de forma positiva, considerando-as eficazes para a diminuição dos conflitos escolares.

Nas sugestões apresentadas para a redução da violência no ambiente escolar, destacaram-se temas relacionados ao fortalecimento do diálogo, à participação da família, à educação emocional, ao desenvolvimento da empatia e à necessidade de apoio psicológico e formação docente. Os dados reforçam a compreensão de que a mediação de conflitos deve ocorrer de maneira coletiva e intencional, envolvendo escola, família e comunidade escolar.

Entretanto, algumas respostas ainda evidenciaram perspectivas punitivas como estratégia de resolução, demonstrando a permanência de práticas tradicionais no contexto escolar. Nesse sentido, os resultados indicam a importância da ampliação de formações continuadas sobre metodologias estruturadas, como a Comunicação Não Violenta e a Justiça

Restaurativa, favorecendo práticas pedagógicas mais dialógicas, reflexivas e voltadas à construção de uma cultura de paz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados obtidos e das discussões teóricas desenvolvidas ao longo deste estudo, conclui-se que os conflitos fazem parte do cotidiano escolar e refletem as transformações das relações sociais contemporâneas, marcadas pelo enfraquecimento do diálogo e pelo aumento de comportamentos violentos. Nesse contexto, a escola assume papel fundamental na formação de sujeitos capazes de conviver de forma respeitosa e cooperativa em sociedade.

Os dados da pesquisa evidenciaram que os docentes reconhecem a importância do diálogo como principal estratégia para a mediação de conflitos, utilizando práticas relacionadas à escuta, à empatia e à busca de soluções coletivas. Entretanto, também foi possível identificar lacunas na formação continuada, especialmente em relação ao conhecimento e à aplicação de metodologias estruturadas, como a Comunicação Não Violenta (CNV) e a Justiça Restaurativa (JR).

Embora parte significativa dos participantes considere suas práticas eficazes, as respostas qualitativas demonstraram que muitos conflitos ainda são encaminhados diretamente à gestão escolar ou às famílias, reduzindo a participação ativa dos estudantes no processo de reflexão e resolução das situações. Dessa forma, observa-se a permanência de práticas tradicionais e, em alguns casos, punitivas, que nem sempre favorecem transformações efetivas nas relações interpessoais.

Nesse sentido, a Comunicação Não Violenta e a Justiça Restaurativa apresentam-se como ferramentas relevantes para a promoção de uma cultura de paz no ambiente escolar, pois valorizam o diálogo, a responsabilidade conjunta, a escuta e a reparação dos danos. Mais do que solucionar conflitos imediatos, essas abordagens contribuem para o desenvolvimento de competências socioemocionais e para a formação integral dos estudantes.

Conclui-se, portanto, que a construção de uma cultura de paz nas escolas ainda demanda investimentos em formação continuada, apoio institucional e desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas à mediação de conflitos. Além disso, destaca-se a importância de novas pesquisas sobre a aplicação prática da Comunicação Não Violenta e da Justiça Restaurativa no

contexto escolar, investigando seus impactos na convivência, no desenvolvimento emocional dos estudantes e na redução das situações de violência.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 11 nov. 2025.

MAHONEY, A. A.; ALMEIDA, L. R. de. *Henri Wallon: Psicologia e educação*. 11. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

MARQUES, A.; ESTANISLAU, G. *Dilemas na educação: novas gerações, novos desafios*. Belo Horizonte: Autêntica, 2024.

PAROLIN, I. *Professores formadores: a relação entre a família, a escola e a aprendizagem*. 2. ed. Curitiba: Pulso, 2010.

PRANIS, K. *Processos circulares*. Trad. Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2010.

PIAGET, J. *Seis estudos de psicologia*. Trad. Maria Alice Magalhães D'Amorim; Paulo Sérgio Lima Silva. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999. Disponível em: <https://atividadeparaeducacaoespecial.com/wp-content/uploads/2015/01/SEIS-ESTUDOS-DE-PSICOLOGIA-JEAN-PIAGET.pdf>. Acesso em: 28 set. 2025.

ROSENBERG, M. *Vivendo a comunicação não violenta: como estabelecer conexões sinceras e resolver conflitos de forma pacífica e eficaz*. Trad. Beatriz Medina. Rio de Janeiro: Sextante, 2019.

VIGOTSKI, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.